

2. Espaço e tempo cívicos de Clístenes

Podemos afirmar que as reformas de Clístenes fixaram o novo quadro no qual se desenvolveu a vida política da Atenas clássica. Mais do que uma transformação, deve-se mesmo falar de uma instauração do político, do advento do plano político, no sentido próprio, na existência social dos gregos.

Essas reformas se explicam por referência à crise política de Atenas no final do VI século. De Sólon a Clístenes, constata-se que os conflitos que dividem a cidade exprimem-se em outros termos. Não se modificaram apenas; deslocaram-se: o centro de debates não é mais o mesmo; o jogo das forças antagonistas se desenrola em um contexto transformado. Segundo J. P. Vernant,

‘passa-se do domínio econômico ao das instituições cívicas, a questão das dívidas da terra, no primeiro plano em Sólon, eclipsando-se diante de um outro problema: como criar um sistema institucional que permita unificar os grupos humanos ainda separados por estatutos sociais, familiares, territoriais, religiosos diferentes’. ²¹

Podemos observar que, pelas reformas de Clístenes, a cidade se faz democracia, porém, ela não se realiza plenamente. Heródoto, por

²¹ VERNANT, J. P., *Mito e Pensamento entre os gregos*, p. 229.

exemplo, traz a significação exata da *isonomia* que aparece no fim do VI século como o sinal da união de certos aristocratas opostos à tirania e como palavra de ordem daqueles que se definiram mais tarde de democratas.²² Segundo J. P. Vernant, a idéia de *isonomia* traduz ou prolonga aspirações comunitárias que remontam muito mais alto, até as origens mesmo da *pólis*.²³

Na *Constituição de Atenas*, Aristóteles faz das reformas de Clístenes uma das onze mutações da história da Ática depois da imigração Íon e da instituição das quatro tribos até a restauração da democracia após a tirania dos trinta tiranos.

“... A primeira transformação, desde o princípio, ocorreu quando do estabelecimento de Íon mais seus acompanhantes, pois que então, pela primeira vez, os atenienses foram divididos em quatro tribos e foram instituídos os basileus das tribos. A segunda – mas a primeira a apresentar a conformação de um regime – foi a ocorrida na época de Teseu, a qual divergia um pouco da realeza. Em seguida, foi a do tempo de Drácon, em que pela primeira vez foram publicadas as leis. A terceira

²² Heródoto, por repetidas vezes em sua narrativa, destaca a resistência movida pelos alcmeônidas contra a tirania dos Pisistrátidas, afirmando sempre o permanente esforço deles em se oporem aos tiranos. *História*, I, 64, V, 62 e VI, 123. Tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. V. Ehrenberg e P. Lévêque e P. Vidal-Naquet analisaram alguns aspectos da *isonomia* do fim do VI século: 1. ela se define negativamente por sua oposição à tirania; 2. em certos empregos, a isonomia aparece como um valor aristocrático.

²³ VERNANT, J. P., *As origens do pensamento grego*, p. 42-43. A *isonomia* é uma noção puramente distinta, nesse sentido, daquela da divisão das terras que reivindicam os camponeses de Sólon.

foi a da época de Sólon, ocorrida após as dissensões, e com a qual teve início a democracia. A quarta foi à tirania no tempo de Pisístrato. A quinta, ocorrida após a derrubada dos tiranos, foi a de Clístenes, de teor mais popular do que a de Sólon...”²⁴

Essas reformas traduzem de início uma preeminência decisiva do princípio territorial sobre o gentilício²⁵ na organização da *pólis*. As quatro tribos ‘jônicas’, entre as quais se repartiam os atenienses, fundadas sobre um parentesco mais ou menos imaginário, foram substituídas por dez tribos novas²⁶. Cem *demos*²⁷ constituem as unidades de base. Elas são agrupadas em trinta *trítias*²⁸ homogêneas, dez da vila (*asty*), dez da costa (*paralia*), dez do interior (*mesogeia*). Cada tribo é formada de três *trítias* pertencentes a essas três regiões assim dependentes.²⁹

Podemos afirmar que Clístenes pretendia romper com o antigo sistema baseado na origem regional ou familiar, tornando-se cidadão do *demos* todo indivíduo que residia naquela circunscrição, assumindo cada

²⁴ ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, XLI, 2,

²⁵ FRANCOTTE, H. *La polis grecque*, p. 29. Ele define as constituições de Atenas antes de Clístenes como “um compromisso entre o princípio gentilício e o princípio territorial”.

²⁶ As dez novas tribos instituídas por Clístenes derivaram seus nomes dos tradicionais reis e heróis da Ática: Erechtheis (Erecteu), Aigeis (Egeu), Pandionis (Pandíon), Leontís (Leos), Acamantís (Acamas), Oineis (Oineu), Kekropís (Cécrope), Hippothontís (Hipótoo), Aiantís (Ájax) e Antiochís (Antíoco). A única exceção que observa Heródoto, (Histórias, V. 66), era Ájax, herói natural da vizinha ilha de Salamina.

²⁷ É certo que no IV século, os *demos* eram mais numerosos.

²⁸ Uma associação de *demos* de uma determinada região – ou da cidade (*asty*), ou da praia (*paralia*), ou do interior (*mesogeia*) – compunha uma *trítia* daquela região, e a composição de três *trítias*, uma de cada região, constituía a tribo.

²⁹ Nenhuma dessas regiões é uma “região natural”: a *parália*, por exemplo, não comporta todos os lados da Ática, pois a *asty* a corta em duas partes desiguais, inclui, ele mesmo lados, com o conjunto portuário do Pireu.

um o nome do *demos* a que pertencia, sendo este um novo fator de identificação. Como ressalta Raoul Lonis, as reformas de Clístenes situaram-se assim em um outro plano distinto das relações e dos vínculos de consangüinidade para o estabelecimento de uma base puramente geográfica.³⁰



³⁰ LONIS, R. *La cité dans le Monde Grec*, p. 105.

Figura 1 – As divisões da Ática clisteniana

Raul Lonis. *La cité dans le monde grec. In : Ville et territoire*, p. 106.

Podemos observar que toda a região da Ática – à exceção sem dúvida das regiões fronteiras (Oropos e Eleuteras) e provavelmente de Salamina – é inserida na rede de demos e de *trítias*, esse espaço tem, todavia, um centro: a vila (*asty*), que é envolvido por duas zonas do interior e da *parália* por dois círculos concêntricos – a vila forma o centro homogêneo da Ática onde cada tribo é representada. No centro do território, agora nitidamente definido da *pólis*, ela ocupa uma posição de comando. Não há mais lugar, daqui em diante, para as velhas partes ‘regionalistas’ do meio do VI século. Essa reforma traz logicamente conseqüências de dois séculos, ao menos, de evolução da *pólis*, centrada primeiro sobre a acrópole, depois sobre a *ágora* e sobre o *Pritaneu*.³¹

No quadro dessa nova organização territorial é que são recrutados os organismos deliberativos da comunidade *políade*. A *Boulé* dos Quinhentos substituía a *Boulé* soloniana dos Quatrocentos, cada tribo exerce a sua vez a *prítania*, isto é, presidem as sessões da Eclésia com o

³¹ O *Pritaneu*, onde estava primitivamente sediado o *arconte*, guardava o fogo sagrado comum, com o qual eram realizados os sacrifícios comuns e era levado para as colônias quando de sua fundação (Aristóteles. *Política*, VI, 1322 b26-9). Fora Teseu quem, ao unificar a Ática sob a ordenação de uma só *pólis* – Atenas – com o *sinoecismo*, eliminara os *prítaneus* e os conselhos sediados em cada localidade, substituindo-os pela instituição de um conselho e *prítaneu* em Atenas. O *prítaneu* constitui, assim, o centro cívico por excelência a simbolizar a unidade dos cidadãos. Tucídides, *A Guerra do Peloponeso*, II, 15.2. Tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Ver também C. Calame. *Thésée et l’imaginaire athénien*. Lausanne: Editions Payot Lausanne, 1990.

privilégio de se eleger a “Lareira comum” durante esse tempo. As mudanças no significado do centro, que de símbolo religioso (*Héstia*, deusa da lareira) torna-se símbolo político (lareira comum da cidade, *Héstia Koiné*), marcam-se de maneira surpreendente.³² Por seu contato com as realidades políticas que ele agora tem o encargo de exprimir, o símbolo do centro desprende-se das representações religiosas às quais estava antes associado. P. Lévêque e P. Vidal-Naquet falam de laicização a esse respeito. O termo foi discutido por R. Crahay.³³ Os autores, depois de terem escrito que a reforma clisteniana é profundamente laica, têm então razão em acrescentar: “na medida em que pode haver um Estado laico no século VI”. No entanto, se nosso vocabulário é pouco adaptado, e se nossas categorias contemporâneas traduzem de modo imperfeito as relações do político e do religioso entre os gregos, não é menos verdade que a noção de centro, tal como aparece no simbolismo político da Lareira comum, toma um caráter positivo e abstrato muito acentuado. A lareira perdeu suas familiaridades *ctônicas*, suas implicações cósmicas; exclui o mistério. “Os homens”, escreve L. Gernet, “ordenam-na à sua maneira, organização matemática de um território que pode ser um território qualquer: o centro é arbitrário, se não teórico; uma lareira se desloca à vontade”. Se, estamos com a ‘Lareira comum’, em contexto ainda religioso, trata-se de uma nova forma de religião, de uma religião também

³² GERNET, L. *Sur le symbolisme politique en Grèce ancienne: le Foyer commun*, Cahiers internationaux de Sociologie, n° 2, p. 21-43

³³ CRAHAY, Roland. *Structure politique de l'anthropologie religieuse dans la Grèce classique*, p. 53-71.

política, e no equilíbrio desses dois termos, é o último que pesa mais, com esse caráter ‘de racional e quase de planejado’ que os gregos cedo conferiram ao que se refere ao político.³⁴

Clístenes rompe com a religião gentilícia³⁵, mas não com os deuses. Essa ruptura com o passado implica a criação, no quadro da reorganização do espaço, de uma religião autenticamente política, paralela aos cultos tradicionais. Como observa Henri Joly a evolução não se processou da religião à cidade, mas da religião do *génos* à religião da *pólis*, o que significa dizer que a cidade torna-se religiosa tanto quanto a religião torna-se cívica.³⁶

A este organismo novo – ou antes, o papel que aumenta consideravelmente – Clístenes daria um lugar novo: enquanto o Conselho dos Quatrocentos era reunido numa espécie de auditório construído sobre a *ágora*, uma sala de reunião retangular,³⁷ onde ao que tudo indica ser o primeiro *Bouleutérion*³⁸: o edifício é contemporâneo de um templo vizinho ‘no qual se reconhece um culto de Deméter com relação mais ou menos

³⁴ VERNANT, J.P., *Mito e Pensamento entre os gregos*, p. 333. Nesse plano, a vida religiosa aparece integrada à vida social e política, da qual constitui um aspecto. Entre sacerdócio e magistratura, há menos diferença ou oposição do que equivalência e reciprocidade: o sacerdócio é uma magistratura; toda magistratura comporta um aspecto religioso.

³⁵ LEWIS, D. M., *História*, p. 30-36. Nesse trabalho há análises precisas sobre a maneira que Clístenes tenta diminuir a importância dos cultos locais.

³⁶ JOLY, H., *Renversement Platonicien. Logos, Epistme, Polis*, p. 309.

³⁷ Esse edifício de 25,30 x 23,80 compreende um vestíbulo e uma sala de reunião. Pode ser datada com certa precisão ao nível dessas fundações cerca de 500. R. Martin., *Recherche sur l'Agora grecque*, p. 266-267.

³⁸ Sobre a identificação com o *bouletérion* de Clístenes, ver R. Martin, *ibidem*, p. 273: ‘A grande sala da assembleia retangular que o plano evoca a comparação com o *telestérion* de Pisístrato à Eleusis, representa, não sem grandeza, as reformas de Clístenes’.

direta com aquela da deusa mãe'.³⁹ R. Martin considera que o *Telestérion* ateniense, além da celebração dos mistérios, serviu de sala de sessão da *Boulé* clisteniana. H. A. Thompson explica que, por razões de comodidade prática, é possível que esse *Telestérion* ateniense, utilizado uma vez por ano durante as festas de Deméter, tenha sido ocupado o resto do ano pelo novo Conselho de Clístenes.⁴⁰ Que se admite ou não essa teoria, que tem por objetivo devolver completamente os vínculos que substituíram entre as sessões do Conselho e do culto de Deméter, um fato importante podemos tirar: Clístenes, buscando o plano da sala de iniciação elevado a Eleuses por Pisístrato, o utiliza para fins 'profanos'.

³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 273.

⁴⁰ THOMPSON, H. A., *Hesperia*, v. vi, p. 127 et. seq., propõe a identificação com o Bouleutérion, mas sublinha as relações possíveis com o culto de Deméter; Ch. Picard, *Manuel d'archéologia grecque*, p. 91-98 é mais sensível a uma influência do edifício eleusiano; R. Martin. *Recherche sur l'agora grecque*. Études d'histoire et d'architecture urbaines p. 273.

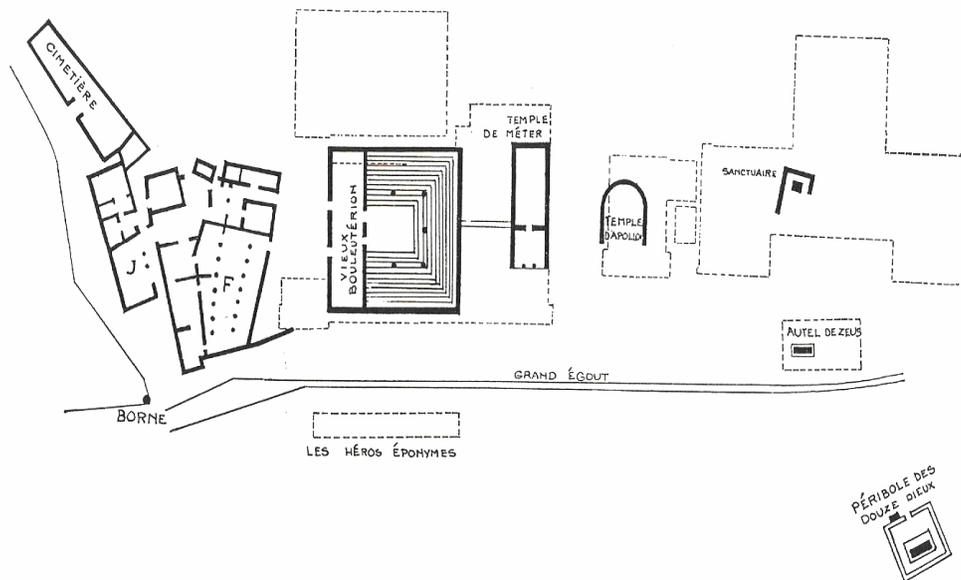


Fig. 2. - A *ágora* de Atenas no começo do V século.

R. Martin. *Recherche sur l' Agora grecque*, Fig. 32 e 33 p. 265 e 268.

Podemos afirmar que a *ágora* de Atenas é remodelada na última década do século. Um novo progresso marca o período arcaico, na passagem do V ao IV século. Porém, não faremos alusão apenas à construção do antigo *bouleuterion* e do templo a que ele é anexado, nem mesmo à extensão dos edifícios pisistrátidas que servem, sem dúvida, antes a ereção do *Tholos* e sobre o mesmo local, do bairro doméstico das *pritanias*.⁴¹ Mas também a importância nova concedida a Eclésia que o

⁴¹ O grande edifício F, no terceiro quarto do VI século, abrigava o antigo *pritaneu* pisistrático; H. A. Thompson, *ibidem*, p. 34 et. seq., sugere que grande parte do edifício J servia a abrigar os cavalos dos *bouleutas*.

obriga a procurar um lugar de reunião mais apto que a *ágora* ou teatro de Dionísios, onde se reuniam provavelmente. De fato, as escavações americanas revelaram que no começo do V século a *Pnyx* foi instalada para este efeito.⁴² Esta disposição, inversa com relação àquela que será adotada pelos trinta tiranos, tem todas as possibilidades de remontar a 500 e de ser a conseqüência direta das reformas de Clístenes.⁴³ Constata-se assim a transformação radical que impõe a integração do demos por Clístenes: toda a zona cívica da vila deve ser remodelada tanto pelas construções novas sobre a *ágora* quanto pela criação de uma área de reunião sobre a *Pnyx*.

À elaboração de um espaço abstrato, ligado à organização política, corresponde a criação de um tempo cívico, construído segundo as mesmas exigências. G. Glotz havia notado que Clístenes, “combinou o sistema das *pritanias* com uma reforma do calendário”.⁴⁴ Tem-se o direito de atribuir a Clístenes o calendário *prítânico*,⁴⁵ que, ao longo da história ateniense, opor-se-á ao calendário religioso.⁴⁶ O calendário *prítânico* tinha estabelecido na época de Clístenes um ano de 360 dias

⁴² THOMPSON, H. A. ‘The Pnix in Athens’, *Hesperia*, p. 90-217.

⁴³ A *ágora*, mesmo assim, continua a ser o local público por excelência, e eram em sua proximidade que se elevavam o *bouleutérion*, lugar das reuniões do conselho, a *tholos* onde se sentavam os *prítanes*, e diversos templos e altares dedicados às diversas divindades protetoras das cidades.

⁴⁴ GLOTZ, G. *Histoire grecque.*, v. 1, p. 475.

⁴⁵ A atribuição da origem do calendário *prítânico* à Clístenes é debate que opõe B. D. Merit à V. K. Pritchett e O. Neugebauer sobre as relações entre o calendário político e calendário religioso.

⁴⁶ Os atenienses, como todos os gregos, apenas conheciam o ano lunar de 354 dias, repartidos em doze meses de 29 ou de 30 dias alternativamente, e por ligar o ano lunar ao ano solar de 365 dias, eles intercalam um décimo terceiro mês, um mês “emblemático”, três vezes nos oito anos.

(dez *pritanias* de 36 dias) ou como V. K. Pritchett e O. Neugebauer tem tentado provar, um ano de 366 dias (seis *pritanias* de 37 dias, quatro *pritanias* de 36).⁴⁷ Esse problema é secundário, pois o fato decisivo é o estabelecimento de um ano propriamente político, dotado de uma autonomia própria, ao lado do antigo calendário religioso duodecimal.

Como bem observaram P. Lévêque e P. Vidal-Naquet: 'A organização do tempo é calcada na organização do espaço: ter a *prytania* no decorrer do ano político e delegar 50 dos seus membros à Lareira comum que é o coração da *pólis*'.⁴⁸ Assim como o espaço, esse tempo cívico, ao contrário do tempo religioso, ritmado por festas que recortam o ciclo do ano em fatias temporais qualitativamente diversas, por vezes mesmo nitidamente opostas, caracteriza-se por sua homogeneidade. Politicamente, todos os períodos do tempo cívico são equivalentes, intercambiáveis. O que define uma *prytania* não é uma qualidade temporal particular, mas sua homologia com relação ao conjunto. Passamos de um sistema temporal a um outro, que é seu contrário em vários aspectos.

Espaço cívico e tempo *prytânico* são ordenados e medidos por números. As instituições políticas que Atenas deve a Clístenes parecem privilegiar três números: as tribos são dez e os demos são cem, a *boulé* tem quinhentos membros e as *trítias*, que o número evoca três, são trinta.

⁴⁷ PRITCHETT, V. K. 'Calendars of Athens again', BCH, p. 292. Sabe-se que na época de Aristóteles (*Constituição de Atenas*, XLIII, 2), o ano cívico é um ano lunar, composto de quatro *pritanias* de 36 dias e seis *pritanias* de 35 dias.

⁴⁸ VIDAL-NAQUET, P.; LÉVÊQUE, P., *Clisthènes l'Athénien*, p. 23.

G. Glotz havia sugerido uma influência das especulações pitagóricas.⁴⁹ Aliás, estas que têm a tendência de recuar até a origem mesmo da seita, atribuem a esses mesmos números significações políticas e ‘místicas’. P. Lévêque e P. Vidal-Naquet concluem pela negativa.⁵⁰ A escolha do número dez é de um interesse bastante particular, pois ao fixar o número das tribos em dez, Clístenes se propunha deliberadamente, conforme o testemunho de Aristóteles⁵¹, a afastar o número doze, que antes era o das *trítias*, no interior das quais se distribuía a totalidade dos cidadãos. A adoção de um sistema decimal em lugar de um sistema duodecimal ia, contudo, de encontro a toda uma tradição política jônica. Ela devia assim contrariar certos hábitos de pensamento enraizados na religião (os doze meses do calendário religioso, os doze grandes deuses do panteão). Existia, pelo contrário, talvez desde o início do século VI, um sistema de numeração *acrofônica* – convencionalmente denominado de *herodiano* -, cujo caráter decimal e quinquenal é manifesto.

Podemos pensar que o emprego desse sistema numeral correspondeu, em grande parte, à difusão da moeda e à necessidade de uma contabilidade escrita. É preciso lembrar que aqui o papel que a escrita representou nas origens da cidade. A escrita sai do domínio privado para se situar em um outro plano: torna-se um bem comum, coisa

⁴⁹ GLOTZ, G. *Histoire grecque*, v. 1, p. 469. Glotz o define assim: ‘Um homem de Estado investido de uma matemática, com um radicalismo que a forma especial aparece como uma emanção das doutrinas pitagóricas’.

⁵⁰ VIDAL-NAQUET, P.; LÉVÊQUE, P., *Clisthènes l’Athénien*, p. 91 et. seq.

⁵¹ ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, 21,4.

pública; e, a partir de então, concernente diretamente à coletividade em seu conjunto; logo participa do público de qualquer maneira. A preferência de Clístenes por cinco e por dez explicar-se-ia então muito naturalmente: ele utiliza o sistema de numeração que a escrita já tinha feito passar para o domínio do público e que se opunha ao sistema decimal pelo seu emprego na vida corrente, pelo seu caráter profano.⁵²

Essas reformas podem, inevitavelmente, correr o risco de uma reação aristocrática ou de uma tentativa de restauração da tirania.⁵³

Aristóteles atribui a Clístenes a origem do ostracismo. O fato de o ostracismo apenas funcionar pela primeira vez vinte anos mais tarde⁵⁴ tem feito duvidar desde a antigüidade que Clístenes tenha sido o autor

⁵² O sistema decimal do qual a reforma tribal é a base, foi, aliás, estendido à maior parte das instituições atenienses. O ritmo *prítânico* deve aquele ao das reuniões regulares da Eclésia; os nove *arcontes* foram acrescidos de uma secretaria de *thesmothetes*, a fim de que cada uma das dez tribos possa a sua volta designar por eleição cada uma dos dez membros do colégio; a arma foi repartida em dez regimentos tribais comandados cada um por um *taxiarca* eleito; outros magistrados subalternos terão, sem dúvida, seu efetivo modificado para ser adaptado ao sistema decimal e a repartição tribal.

⁵³ Na *Política* (V. 1305a7-15), Aristóteles teoriza que, nos tempos antigos, a associação em uma mesma pessoa da liderança e prestígio popular com o comando militar tornava iminente a instauração da tirania, associação esta que se desfez em seu tempo, porque então a liderança demagógica era definida pela habilidade retórica de atuação na assembléia, sendo, entretanto, os oradores contemporâneos desprovidos de competência militar. E ainda na *Política* (III, 1284a17-22) afirma que o ostracismo é uma instituição própria da democracia, pois, por ela, este regime restaura a situação de igualdade entre os cidadãos sempre que alguma individualidade se distinga superiormente por seu poderio.

⁵⁴ Na *Constituição de Atenas*, Aristóteles procura explicar o longo espaço de abertura entre a introdução e o primeiro uso do ostracismo. Uma melhor explicação é que Clístenes propôs o ostracismo na expectativa de que Iságoras, seu maior opositor, fosse ostracizado. Se Hiparco foi permitido permanecer na Ática após a expulsão dos tiranos, é improvável ter sido um rival importante de Clístenes. Outra explicação é que, de fato, a lei pode não ter sido usada possivelmente porque durante o período de vinte anos, o perigo da tirania não deve ter se manifestado, ou um quorum não foi alcançado.

desta instituição.⁵⁵ Como faz lembrar E. Will, a tradição que atribuem a Clístenes a paternidade é ainda a mais plausível.⁵⁶ Nada mais simples que essa medida de segurança.

O ostracismo é uma medida política destinada a afastar temporariamente da cena política um cidadão influente suspeito de aspirar ao poder pessoal.⁵⁷ Cada ano, no começo da sexta *prytania*, geralmente no começo de janeiro, a questão era posta à Eclésia para saber se era oportuno aplicar o ostracismo. Se a resposta fosse afirmativa, os cidadãos se reuniram, novamente, a qualquer tempo sobre a *ágora* e cada um escrevia sobre um *ostraka* (fragmento de cerâmica) o nome daquele que desejava ver afastado da vida política; quando um quorum de 6.000 (é o quorum exigido a Atenas para toda medida votada com respeito a um indivíduo) tinha reunido o mesmo nome, este era convidado a se retirar da Ática pelo prazo de dez anos.⁵⁸ O ostracismo não era uma medida judiciária: nenhum debate processa o voto e nenhum apelo pode ser aplicado; sua saída não é infamante: a vítima do ostracismo não perde os direitos cívicos, o exercício é simplesmente

⁵⁵ No que se refere a tais reformas, a controvérsia começa já na Antigüidade. Aristóteles atribui a Clístenes, mas Andrótion (FGrHist 324F6) colocava-se na primeira década do V século.

⁵⁶ WILL, E. *O mundo grego e o oriente*. Paris, PUF, 1972.

⁵⁷ Na primeira metade do século V, muitos foram os políticos atingidos pelo ostracismo. Como Aristóteles afirma explicitamente, nos três primeiros anos de aplicação do ostracismo, foram condenados somente os “*amigos dos tiranos*”, mas cita nominalmente apenas dois – Hiparco, filho de Carmo, do *dêmos* de Colito e Mégacles, filho de Hipócrates, do *dêmos* de Alopece. No quarto ano, eles começaram a remover também outros que pareceram ser demasiadamente influenciáveis. O primeiro daqueles não associados com a tirania a ser ostracizado era filho de Xantipo, filho de Arífron.

⁵⁸ CARECOPINO, J. *L'Ostracisme Athénien*. Plan-de-la-Tour, France: Editions d'aujourd'hui, 1984.

suspendido e ele reencontra a plenitude em seu retorno; esses bens não são confiscados e ele não pode receber os rendimentos no estrangeiro; sua família não é inquietada.

Essas reformas, várias vezes observadas no plano das instituições, não são menos notáveis no nível das estruturas mentais. Quais são, no domínio social, os fatores que puderam representar um papel determinante nessas transformações? Em que medida pode-se estabelecer uma ligação entre o novo ideal político de isonomia, implicando uma visão geométrica da cidade?

Podemos afirmar que, na Atenas do VI século, os alcmeônidas estavam ligados a um jogo político dominado pela rivalidade de grandes *genes* nobres. Família aristocrática, mas de certo modo "à margem" e quase opostas às outras grandes linhagens: depois da morte de Cílon, na segunda metade do século VII, pesa sobre eles uma maldição religiosa cuja lembrança seus adversários se encarregam de reavivar periodicamente e que os destina na cidade que surge ao que P. Lévêque e P. Vidal-Naquet denominaram de função de heresia. O *status* especial dessa grande família herética, seus exílios, os vínculos que ela mantém com Delfos⁵⁹, sua política de prestígio e de aliança no estrangeiro, tantos fatos que esclarecem o caráter duplo da reforma clisteniana: no mesmo momento em que fundamenta de modo muito novo a democracia, ela

⁵⁹ Em Atenas, a poderosa família aristocrática dos alcmeônidas, por ajudar na reconstrução do templo de Apolo destruído por terremoto em 548, foi igualmente sustentada pelo clero délfico e foi o oráculo de Delfos que o alcmeônida Clístenes pediu que designasse os heróis *epônimos* das dez novas tribos por ele criadas.

conserva por fidelidade às tradições familiares, algumas das estruturas antigas de espírito aristocrático, como o Areópago ⁶⁰ ou as classes censitárias. ⁶¹ Quando Heródoto emprega, a propósito de Clístenes, a fórmula: “ele liga o povo (*dêmos*) à sua *hetairia*” ⁶², seu próprio vocabulário sublinha o quanto a política de Clístenes situa-se ainda no quadro do jogo tradicional dos *genes* aristocráticos. Entretanto, esse *dêmos* que o alcmeônida se esforça em unir à sua causa já não é mais o mesmo que Pisístrato conhecia e sobre o qual apoiava seu poder: os habitantes dos *dêmos* rurais, por oposição aos cidadãos da *asty*. Entre Pisístrato e Clístenes, desenvolveu-se um *dêmos* urbano que se constitui em “classe política”. É este *dêmos* urbano que Clístenes quer reunir e que ele integrará a comunidade póliade por reformas que dão à cidade, como tal, mais peso no equilíbrio das forças públicas. Essa posição de comando, que a partir de então a cidade ocupa no centro do novo espaço cívico, não era feita, entretanto, para arruinar o poder de todas as antigas famílias. Os Eupátridas puderam se definir como os que residem na cidade por oposição aos rurais. Estes não são excluídos da comunidade

⁶⁰ Conselho constituído pelos antigos *arcontes*, os principais magistrados da época arcaica. Na *Constituição de Atenas*, Aristóteles explica que o *arcontado* teria nascido da fragmentação do poder real primitivo entre três magistrados: o *arconte*, o rei e o *polemarcha*. Em uma data não esclarecida pelo autor, a eles teriam se somado seis *tesmótetas*, o que elevava o total de *arcontes* a nove, aos quais se teria acrescentado ainda, após as reformas de Clístenes, um secretário, com a função de coordenar o arcontado com outros colégios de magistrados.

⁶¹ Clístenes manteve a repartição dos cidadãos nas quatro classes solonianas: *pentacossomedinas*, *hippeis*, *zeugitas* e *tetas* que determinavam o acesso as diferentes magistraturas. Tem-se considerado que as duas primeiras classes censitárias eram ainda constituídas pela antiga aristocracia de nascimento, conservando no sistema clísteniano, sólidas posições e meios de exercer sua influência por meio de cargos sempre eletivos.

⁶² HERÓDOTO. *História*, V 66.

políade; eles mesmos são integrados à democracia.⁶³ As análises de A. W. Gomme⁶⁴ mostram que efetivamente no V e mesmo no IV séculos, os nobres ainda habitam os *dêmos* urbanos.

Essas observações, que se referem ao aparecimento de um *dêmos* urbano feito de artesãos e de comerciantes, ao lado da nobreza cidadina, são certamente fundamentadas. As reformas de Clístenes propõem-se, precisamente, a ultrapassar a oposição entre o campo e a cidade e a edificar uma comunidade políade que ignore deliberadamente, na organização dos tribunais, das assembléias e das magistraturas, toda distinção entre urbanos e rurais. Tal é exatamente o sentido da “mistura” que Clístenes quis realizar de todos os antigos elementos de que se compusera antes à cidade. Mesmo se, nessa época, a cidade já serve de residência a artesãos e comerciantes, formando um *dêmos* urbano, mesmo se ela implica um gênero de vida e modos de atividades particulares, o que define no princípio não é uma forma especial de *hábitat* nem uma categoria à parte de cidadãos, mas o fato de que no centro do território ela reúne em um mesmo ponto todos os edifícios, civis

⁶³ Constatam-se registros de muitos estrangeiros (*metecos*) residentes nas tribos. A maioria desses estrangeiros seriam trabalhadores ou comerciantes hábeis atraídos a Atenas pelo desenvolvimento da indústria e do comércio desde o tempo de Sólon e especial sob os tiranos. Os estrangeiros residentes nos *dêmos* da cidade deram aos alcmeônidas um bloco de apoio em cada uma das tribos novas. Com efeito, Clístenes introduz no corpo cívico os “novos cidadãos”, tal é a palavra *neopolítai*, que emprega Aristóteles quando explica a reforma de Clístenes concernente ao uso do *demótico* no lugar do *patronímio*.

⁶⁴ GOMMES, A.W. *The Population of Athenes in the fifth and the fourth century B.C.*, p. 37-39.

e religiosos, que estão ligados à vida comum do grupo, tudo o que é público por oposição ao privado.

Para prosseguirmos com a nossa argumentação, nos propomos definir as reformas de Clístenes a partir de uma organização do espaço e do tempo, assim como analisar as relações entre a revolução clisteniana e as outras mudanças nas estruturas mentais que se revestem também de uma importância especial para o desenvolvimento do tema aqui proposto.

2.1 - Os modelos de Clístenes

Alguns estudiosos tentaram explicar o caráter sistemático das reformas de Clístenes, buscando identificar os modelos que poderiam ter sido usados como matriz pelo legislador ateniense. É assim que G. Glotz havia definido o alcmeônida como “Um homem de Estado investido de uma matemática, com um radicalismo que a forma especial aparece como uma emanção das doutrinas pitagóricas”.⁶⁵ Nas reformas de Clístenes, podemos observar que três números atuam de forma inegável, a saber: o número três, com as três regiões: planície, montanha e litoral entre os quais tinha sido dividida a Ática e as trinta *trítias*; o número cinco, ou melhor, os seus múltiplos, cinquenta (os *prítanes*) e quinhentos (os *boleutas*) e, por fim, o número dez, assim como seu quadrado, com as dez tribos e os cem demos, que depois de Clístenes, irá definir grande parte das instituições políticas atenienses.

Podemos pensar que o número dez tinha uma significação particular, é assim nos poemas homéricos. As estatísticas estabelecidas por G. Germain⁶⁶ o mostram claramente tanto na *Ilíada* como na *Odisséia*, o número dez vem na frente dos números mencionados por Homero. Sua significação é essencial na contagem do tempo, pois o mês homérico é dividido em três décadas, mas ela também marca a duração:

⁶⁵ GLOTZ, G. *Histoire grecque*, v. 1, p. 469.

⁶⁶ GERMAIN, G. *Homère et la mystique des nombres*, p. 14 et. seq.

a guerra de Tróia, assim como o retorno de Ulisses, durou dez anos, o que não parece efeito do acaso.

Nas instituições políticas gregas, a importância do número dez e de seus múltiplos não é menos valor. Na *Constituição de Atenas*, Aristóteles nos mostra inúmeros exemplos do uso conferido ao sistema decimal: os cargos, antes de Drácon, eram confiados por dez anos; na “constituição de Drácon”, só elegem os *arcontes* entre aqueles que possuem rendimentos de dez minas e certos magistrados devem ter crianças legítimas com mais de dez anos; a primeira classe de Sólon chama-se *pentacosimedimnos*⁶⁷; para os novos *arcontes*, cada tribo selecionava previamente dez membros; a *boulé* soloniana tem quatrocentos membros, ou seja, cem para cada tribo.⁶⁸ Esses precedentes só esclarecem muito imperfeitamente a escolha do número dez e conseqüentemente o número cinco para enquadrar as instituições insurgidas da reforma.

As considerações que precedem, contribuem para definir o clima no qual Clístenes instaura o sistema das dez tribos. Aristóteles nos informa que Clístenes,

“não distribuiu os cidadãos em doze tribos a fim de não cair em uma repartição conforme as *trítias* anteriormente existentes, pois havia doze *trítias* derivadas das quatro tribos e neste caso não resultaria a mistura da multidão”.⁶⁹

⁶⁷ Significa “os dos quinhentos medimnos” ou medidas.

⁶⁸ ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, III, 1; IV, 2; VIII, 1; VIII, 4; XIII, 2.

⁶⁹ Idem, *Ibidem*, XXI, 3.

Tal era também o número dos deuses principais do Panteão helênico. Podemos pensar que a escolha do número dez consistia em romper com uma tradição sagrada, por vezes étnica e religiosa. Existia, talvez desde o início do século VI, um sistema de numeração *acrofônica* – convencionalmente denominado de *herodiano* - cujo caráter decimal e quinquenal é manifesto. J. P. Vernant⁷⁰ nos informa que a escrita sai do domínio privado para se situar em um outro plano: torna-se um bem comum, coisa pública; logo, concernente diretamente à coletividade em seu conjunto. A preferência de Clístenes por cinco e por dez explicar-se-ia então muito precisamente: ele utiliza o sistema de numeração que a escrita já tinha feito passar para o domínio público, pelo seu emprego na vida corrente. Uma reforma que resultasse em transferir definitivamente a *arché* ao meio da comunidade tinha um interesse evidente de adotar uma ordem que repousa essencialmente sobre o sistema decimal.

Mais recentemente tem-se ressaltado o “geometrismo” herdado dos milésios. É assim que J. P. Vernant havia ressaltado a concordância surpreendente entre o modelo cosmológico que regula o universo físico entre os primeiros filósofos da Jônia, particularmente em Anaximandro, onde ele é mais nítido, e o modelo político, que preside à organização da cidade e que encontra sua expressão final na *politéia* clisteniana.⁷¹ De

⁷⁰ VERNANT. J. P., *Mito e Pensamento entre os gregos*, p. 192.

⁷¹ A tese de J. P. Vernant é desenvolvida na página 34 et. seq, do seu livro *As Origens do pensamento grego*. Ela é reprisada em “Geometria e astronomia esférica na primeira cosmologia grega”, em *Mito e pensamento entre os gregos*, p. 193-206.

fato, a “geometrização” do pensamento físico e cosmológico, é inseparável da organização da cidade e de um espaço social, centrado na *ágora* e no quadro dos quais todos os cidadãos podem se definir como iguais (*isótes*). Anaximandro marca, na concepção do universo físico, uma solidariedade entre as noções de centro (*mésos*), de similitude (*omoiótes*) e de não-dominação. Esses três conceitos indicam aqui, uma noção puramente política, a isonomia.⁷² Esse conceito dá à imagem do mundo humano do VI século uma expressão mais adequada, a de um mundo onde “aquelas que participam à vida pública faz título dos iguais”.⁷³ Podemos observar que, na tentativa de explicar racionalmente o cosmos, os primeiros filósofos ligaram, no mesmo esforço e a partir da mesma intenção, a geometria e a reflexão filosófica de tal maneira que o estudo racional da natureza não pode ser concebido senão através de estruturas geométricas.

Esse racionalismo geométrico dos milesianos conta também, entre suas obras mais características, a elaboração dos primeiros mapas do mundo habitado. Na superfície da terra, delimitada pelo curso circular do rio Oceano, a *oikuméne* inscreve-se em um quadrilátero regular; a despeito de sua aparente desordem, as terras, os mares, os rios aparecem, no mapa, agrupados e distribuídos conforme relações rigorosas de correspondência e simetria. Esses mapas, que colocavam aos olhos do público uma imagem, totalmente racionalizada, da

⁷² As diversas doxografias são agrupadas e analisadas por Charles Kahn, *Anaximander and the Origins of Greek Cosmology*, New York, 1960, p. 53.

⁷³ VERNANT, J. P., *As origens do pensamento grego*, p. 94.

oikuméne, puderam ter uma função política. Por volta de 500, Aristágoras de Mileto, procurando aliados contra o Grande Rei, trouxe consigo um mapa desse tipo, gravado em bronze, e mostrou-a a Cleómenes em Esparta, a fim de convencê-lo a intervir. Não tendo conseguido, ele se dirige a Atenas, onde defendeu sua causa, dessa vez não diante de um rei, mas diante do povo reunido. Pode-se pensar que, como em Esparta, ele tenha mostrado em seu mapa a posição dos territórios do império persa, do litoral jônico até Sisa. Ao contrário de Esparta, Atenas decidiu enviar dez navios. Nesses comportamentos antitéticos das duas cidades há evidentemente razões políticas e circunstanciais. Mas essas divergências políticas correspondem também a duas mentalidades diferentes.

Um texto de Heródoto nos informa sobre o clima intelectual que é o da antigüidade o que o faz colocar o problema do modelo que tinha inspirado o alcmeônida. Mais do que em seu ancestral e homônimo, o tirano de Sícion ⁷⁴, o alcmeônida parece inspirar-se em dois episódios que remontam ao meio do século VI, todos assinalados por Heródoto e que nos parece característico do clima intelectual e político no qual fora elevado a geração de Clístenes.

⁷⁴ Heródoto entendia à proposição da reforma de divisão tribal realizada por Clístenes à semelhança da alteração promovida pelo seu avô, o tirano de Sícion, em relação ao sistema da divisão tribal dória existente em sua cidade. Ele alterou as denominações das tradicionais tribos dórias, para que elas se diferenciasssem de sua rival Argos. Assim, Clístenes, igualmente as teria mudado em Atenas, supostamente movido, por algum sentimento de desprezo para com os jônios, assim como o avô tinha para com os dórios. *História*, V, 66-9.

P. Lévêque e P. Vidal-Naquet ⁷⁵ haviam mostrado que as experiências coloniais, em particular a de Teos, Cirene e de Lípari, tinham contribuído. O primeiro diz respeito à proposição realizada por Tales à Assembléia do Panionion, por volta de 547, que consistiu em criar em Teos um *Bouleutérion* único, pois esta ilha estava no centro da Jônia. ⁷⁶ As outras vilas não continuam menos habitadas e teriam a mesma situação que os demos. Trata-se de um *sinoecismo* que propõe Tales, pois ela se trava no centro geométrico do mundo jônico. Portanto, Téos deveria ser o lugar comum da nova cidade, seu *méson* – centro político. O próprio texto de Heródoto impõe a ligação com Clístenes, uma vez que ele emprega o termo demos, para designar o novo status que ocupariam as diversas cidades com relação a esse centro, desde então, único dos jônios. ⁷⁷

O outro episódio é emprestado à vida política de Cirene e é Aristóteles que relaciona as reformas de Clístenes. Em 550 os habitantes de Cirene, seguindo o conselho de Delfos, pediram a Demônax que lhes desse uma constituição. Ele teria, segundo Heródoto, dividido os habitantes da cidade em três tribos e confiscado parte das terras pertencentes ao rei para pô-las à disposição da comunidade cívica. Além disso, ele reservou para o rei Battos a administração dos bens sagrados e das cerimônias do culto e colocou todas as outras atribuições ‘no meio,

⁷⁵ VIDAL-NAQUET, P.; LÉVÊQUE, P., *Clisthènes l'Athénien*, p. 63-75.

⁷⁶ HERÓDOTO. *História*, I, 70.

⁷⁷ A aproximação com Clístenes sonhado por Heródoto, arrisca certo anacronismo, pois quando ele emprega, com efeito, as cidades do projeto de Tales a do demos, ele emprega a palavra no sentido que tinha a Atenas depois das reformas do alcmeônida.

para o povo'.⁷⁸ Como bem observou F. Chamoux, o problema que coloca os Cirenos e que determina Démonax não era a repartição das terras, mas a organização cívica: Cirene era composta de partes diversas e de direitos desiguais. 'Integração na cidade dos novos colonos vem substituir magistrados múltiplos à autoridade real, tal é o duplo aspecto da reforma' que se estabelece em Cirene um regime de isonomia, que Heródoto, seguido por Aristóteles, faz um pouco depressa uma democracia.⁷⁹ 'Inspirada' em Delfos, como tantas instituições coloniais, assim parece ter sido também as reformas de Clístenes.⁸⁰ O apoio que o alcmeônica teve em Delfos consistiu em colocar, na religião cívica que ele reorganiza, um lugar especialmente importante aos dez heróis fundadores, os dez *arquegetas*, que a Pítia havia designado como *epônimos* das dez tribos, entre os cem nomes de heróis propostos. O *arquegeta*, ora se distinguindo, ora se confundindo com o *oikistes* (líder da expedição), representa um papel importante na fundação das colônias e em seu culto cívico. Porém, o que diferencia Démonax de Clístenes consiste essencialmente pelo fato de ser um estrangeiro que intervém, o que parece comum em terra colonial. Os problemas concretos colocados pela colonização fazem das cidades coloniais uma dessas experiências

⁷⁸ Idem, *Ibidem*, IV 161. O próprio Aristóteles faz a ligação entre as reformas de Clístenes e o estabelecimento da democracia em Cirene, *Política*, VII, 1319 b.

⁷⁹ CHAMOUX, F. *Cyrène sous la Monarchie des Battiades*. Paris, 1953.

⁸⁰ Segundo C. Mossé, os relatos transmitidos pelas fontes, freqüentemente tardias, evocam as circunstâncias que presidem a partida dos colonos, a consulta do oráculo de Delfos pelo líder de expedição, a *oikiste*, a busca por vezes difícil do local escolhido para a implantação da nova cidade, as relações com as populações nativas. Sobre a colonização nesse período ver também C. Mossé. *La colonisation dans L'Antiquité*, p. 138.

políticas e sociais notáveis. A reforma de Cirene é uma dessas experiências e outras mais radicais ainda como o regime comunitário estabelecido no início do século VI nas Ilhas de Lípari, pelos sobreviventes da expedição guiada por Píntatlo. Clístenes, que passa tantos anos exilado, não pode ter sido inteiramente estranho ao espírito dos últimos anos da “colonização” arcaica. Podemos admitir, então, que no momento em que a colonização arcaica desapareceu, Clístenes transpôs alguns de seus valores para os adaptarem em Atenas.

Entretanto, podemos constatar que a própria Atenas de Clístenes parece ter sido modelo para sua legislação. É assim que, na *Constituição de Atenas*, Aristóteles relata, desde alta data, as necessidades da administração tenderam as subdivisões territoriais, então independentes dos quadros hereditários das tribos.⁸¹ ‘Havia quatro tribos como anteriormente e também quatro *basileus* de tribo. A partir de cada tribo repartiam-se três *trítias* e doze *naucrarias*. Para as *naucrarias* constituíra-se cargo dos *náucraros*, incumbindo das arrecadações e das despesas existentes. Por isso mesmo, nas leis de Sólon, não mais em vigor, efetuam as despesas com o dinheiro da *naucraria*’.⁸² As *naucrarias* eram repartidas à razão de doze por tribo, o que implica dizer que sua significação regional não era estranha às tribos. A questão é, no entanto, menos clara, pois Aristóteles menciona também uma outra subdivisão da tribo, a *phratría* que ele assimila a *trítia*, muito mais antigo certamente que

⁸¹ EHRENREG, V., *The Greek state*, p. 30.

⁸² ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, VIII, 3.

as *naucrarias*. Talvez seja a causa do nome religioso da *phratría* no qual se tem, por vezes, experimentado também uma base regional. Podemos afirmar, ao menos que, com o sistema de *naucrarias*⁸³, a Ática possui de longa data uma divisão espacial rudimentar, instaurado para fins laicos e pragmáticos ao lado do antigo sistema de tribos – *phratrias* – genes, fundado sobre o nascimento e todo penetrado de elementos religiosos.

No começo do VI século, temos conhecimento também da resistência de regradar os problemas não mais ou apenas administrativos, mas políticos, por proporções numéricas. Sólon utiliza uma divisão anterior da sociedade em quatro classes censitárias para repartir os homens e os cargos:

“Distinguiu os cidadãos em quatro classes censitárias, conforme a divisão já existente anteriormente: os *pentacosímedimnos*, os cavaleiros e os *zeugitas*, concedendo a cada classe o cargo proporcional a seu nível censitário. Aos enquadrados na classe dos tetas concederam unicamente a participação na assembléia e nos tribunais”.⁸⁴

Embora essa organização timocrática da cidade esteja muito distante das reformas que realiza Clístenes, podemos pensar que as

⁸³ As *naucrarias* eram, segundo Aristóteles, subgrupos das quatro tribos jônicas primitivas da Ática, sendo cada tribo dividida em doze *naucrarias*. Supõe-se, devido a seu nome, que cada *naucraria* era encarregada de equipar e tripular um navio e, por isso mesmo, os *náucraros*, ou seja, os magistrados que dirigiam as *naucrarias* eram encarregados de recolher as taxas destinadas a cobrir os custos de equipamento e pessoal. Mais adiante indica que a reforma de Clístenes substituiu as *naucrarias* pelos demos, o que faz supor que inicialmente tivessem sido circunscrições territoriais. *Constituição de Atenas*, VIII, 7.

⁸⁴ ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, VII, 3.

classes censitárias representam uma distinção puramente laica, totalmente independente do sistema gentilício das tribos jônicas.

Podemos afirmar que as reformas de Clístenes situam-se em um momento privilegiado, quando o pensamento político e a atmosfera intelectual são conjugados para impor a idéia de uma necessária solidariedade. Nosso próximo passo consiste em analisar o alcance desse traço e de procurar saber em que medida o projeto platônico marca um retorno da perspectiva clisteniana.